



MULHERES SÃO AS MAIS IMPACTADAS PELA CRISE



O desemprego em massa causado pela venda e fechamento de unidades do Sistema Petrobrás e pelas privatizações e desmonte de outras empresas públicas, como a Eletrobrás, impactam ainda mais as mulheres. Segundo o IBGE, 9 em cada 10 famílias com filhos de até 14 anos de idade que só contam com um único provedor são chefiadas por mulheres.

Nos três anos de governo Bolsonaro, a gestão da Petrobrás reajustou o preço dos combustíveis cinco vezes acima da inflação acumulada no período. Para aumentar o lucro dos acionistas privados, o governo pratica preços de importação (PPI) para o gás de cozinha, a gasolina e o diesel produzidos no Brasil, o que fez explodir o custo da cesta básica e de tudo que é impactado pelos transportes. Em três anos, o gás de cozinha subiu 100,1%, sendo vendido a mais de R\$ 130,00 em várias cidades do país.

O peso disso é ainda maior para as famílias chefiadas por mulheres e que vivem em situação de vulne-

rabilidade social. O Inquérito Nacional sobre Relatório Global de Gênero divulgado em 2021 pelo Fórum Econômico Mundial aponta que o Brasil despencou 26 posições no ranking que avalia a igualdade de gênero a partir de indicadores sociais de 156 nações. O Brasil, que chegou a ocupar a 67ª posição em 2006, caiu para 93º lugar, em 2020, o que reflete os retrocessos que o país vem vivendo nos últimos anos e que foram drasticamente intensificados no governo Bolsonaro.

“Antipolítica de gênero”

Com uma pauta ultraconservadora e um modus operandi que beira o fascismo, o governo pratica o que os estudiosos classificam como uma “antipolítica de gênero”. Isso se traduz nos cortes orçamentários e na subutilização de recursos públicos para políticas voltadas para as mulheres, bem como na instrumentalização dos órgãos e canais do governo federal para restringer e inviabilizar programas de defesa dos direi-

tos humanos, sobretudo os que tenham por foco a promoção da igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual.

No governo Bolsonaro, as políticas públicas destinadas às mulheres tiveram um corte de 33% no orçamento deste ano. O programa Casa da Mulher Brasileira, que promove uma rede de proteção e atendimento humanizado às vítimas de violência doméstica, sofreu uma redução de 70% em seu orçamento. Essa tem sido a marca do governo Bolsonaro. O Ministério Público Federal investigou denúncias feitas pela bancada feminina do PT na Câmara dos Deputados e constatou que em 2020, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) utilizou apenas 44% do seu or-

çamento, o que impactou uma série de programas de proteção social e combate à violência de gênero.

“Desde o início do governo Bolsonaro, houve um incentivo deliberado à redução do protagonismo das mulheres, tratadas por ele como resultado de uma fraquejada. A emancipação das mulheres e nem mesmo as nossas vidas interessam a este governo”, alerta a diretora da FUP Cibele Vieira. “É altamente necessário que a gente eleja candidatos progressistas para que possamos interromper o avanço desse pensamento ultraconservador e fascista, que silencia e restringe as mulheres aos espaços domésticos e criminaliza as que lutam”, declara. Fonte: Jornal Mulheres Petroleiras (Março/22)

ATO EM BH Neste 08 de março de 2022, às 16h30, na Praça da Liberdade as trabalhadoras e os movimentos sociais tomam as ruas para protestar contra a política genocida de Bolsonaro. As mobilizações têm como tema “Pela vida das mulheres, Bolsonaro nunca mais, por um Brasil sem machismo, sem racismo e sem fome”.

A LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS



A história de lutas e resistência das mulheres trabalhadoras mostra que elas não estão nas ruas só para desconstruir os preconceitos e as discriminações sofridas. As mulheres são protagonistas nos avanços das mais diversas áreas como ciência, educação, economia e política. O que ocorre é que nem sempre ganham o devido destaque, em função da cultura patriarcal, machista e capitalista dominante.

No período de redemocratização do país, por exemplo, os movimentos de mulheres tiveram importante papel nas conquistas democráticas garantidas na Constituição de 88. Ao longo do processo da constituinte, a pressão exercida por elas ficou conhecida como “Lobby do batom”.

Na época, foi elaborada a “Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes”, entregue ao Congresso Nacional com uma série de demandas e reivindicações. Entre elas, a determinação da igualdade

formal entre homens e mulheres; o aumento dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres; a igualdade de direitos e deveres na sociedade conjugal (união com a intenção de constituir família sem vínculo jurídico); a proibição da discriminação das mulheres no mercado de trabalho e o estabelecimento de direitos no campo da contracepção, relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos.

O movimento feminista é protagonista de diversas lutas para a transformação da sociedade. No Brasil, pode-se celebrar algumas vitórias como a criação da Lei Maria da Penha, Lei do feminicídio, PEC das trabalhadoras domésticas, entre outras.

Criar condições para a emancipação feminina com vistas à equidade de direitos e melhores condições de vida e trabalho é uma luta conjunta de mulheres e homens. Afinal, as conquistas das mulheres beneficiam toda a sociedade.

CONQUISTA NO ACORDO COLETIVO



A mobilização nas negociações dos acordos coletivos de trabalho já garantiu avanços importantes para a categoria petroleira. Nos últimos anos, foram conquistados o aumento do tempo da licença paternidade; a instalação de salas de aleitamento nas unidades; a ampliação do auxílio creche para homens; a adoção de uniforme feminino; a garantia de adequação de atividades das mulheres grávidas ou em período de aleitamento para que não sejam expostas a riscos nas áreas operacionais; a redução de jornada mesmo para as trabalhadoras de unidade operacional, mantendo o transporte.

No Sistema Petrobrás, foi ainda conquistado um espaço permanente de diálogo na comissão de diversidade da empresa e uma mesa específica de acompanhamento de acordo, o que se perdeu após o golpe em 2016.

Em matéria do Jornal Mulher Petroleira, do Coletivo

Nacional de Mulheres Petroleiras (março/22), a diretora da FUP e do Sindipetro NF, Jancileide Rocha Morgado afirma que a representatividade feminina foi um divisor de águas para fazer avançar as pautas das trabalhadoras. “Na Falcão Bauer, por exemplo, onde 80% das mulheres trabalham embarcadas, nós garantimos uma licença remunerada para todo o período de gravidez, dando segurança as mulheres para que fiquem em casa. Só mulher sabe o impacto disso nas nossas vidas”, ressalta.

Dados levantados pelo Dieese (subseção FUP) mostram que há muito o que se avançar dentro da empresa para diminuir a desigualdade de gênero. Mulheres, em todas as funções exercidas na Petrobrás, recebem menos do que os homens. Nos cargos de nível médio elas ganham, em média, 76% de uma remuneração masculina, exercendo a mesma atividade.